

Sumário

Capítulo 1 – História do Direito Processual Civil.....	25
1.1 Evolução histórica geral	25
1.2 Evolução histórica no Brasil.....	26
1.3 Evolução das teorias sobre o processo	27
Capítulo 2 – Caracterização do Direito Processual Civil.....	29
2.1 Denominação	29
2.2 Conceito	29
2.3 Abrangência	29
Capítulo 3 – Posição enciclopédica do Direito Processual Civil	31
3.1 Natureza jurídica do Direito Processual Civil.....	31
3.2 Relações do Direito Processual Civil com outros ramos do Direito	32
3.3 Direito Processual Constitucional	32
Capítulo 4 – Fontes do Direito Processual Civil	37
4.1 Conceito	37
4.2 Classificação.....	37
4.3 Fontes formais do Direito Processual Civil.....	37
4.3.1 Constituição.....	38
4.3.2 Leis.....	38
4.3.3 Normas internacionais.....	40
4.3.4 Regimentos internos.....	41
4.3.5 Jurisprudência.....	42
4.3.6 Costumes	44
Capítulo 5 – Interpretação, integração e eficácia do Direito Processual Civil.....	45
5.1 Interpretação.....	45
5.2 Integração	48
5.3 Eficácia e aplicação	51
5.4 Eficácia no tempo	52
5.5 Eficácia no espaço.....	56
Capítulo 6 – Princípios	58
6.1 Conceito	58

6.2	Funções.....	58
6.3	Princípios do Direito Processual Civil.....	59
Capítulo 7 – Formas de solução dos conflitos.....		70
7.1	Introdução.....	70
7.2	Autotutela.....	70
7.3	Autocomposição.....	71
	7.3.1. Negociação.....	71
	7.3.2. Conciliação e mediação.....	72
	7.3.3. Autocomposição na administração pública.....	77
7.4	Heterocomposição	79
	7.4.1. Arbitragem.....	79
	7.4.2. Jurisdição estatal.....	88
7.5	Formas alternativas de solução de conflitos.....	88
Capítulo 8 – Poder Judiciário		91
8.1	Organização do Poder Judiciário.....	91
8.2	Garantias e vedações	94
8.3	Supremo Tribunal Federal	94
8.4	Conselho Nacional de Justiça	96
8.5	Superior Tribunal de Justiça	98
8.6	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	99
8.7	Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho	100
8.8	Tribunais e Juízes Eleitorais	101
8.9	Tribunais e Juízes Militares.....	102
8.10	Tribunais e Juízes dos Estados.....	102
8.11	Poderes, deveres e responsabilidades do juiz	103
8.12	Impedimentos e suspeição do juiz.....	104
Capítulo 9 – Ministério Público.....		108
9.1	Introdução	108
9.2	Inquérito civil.....	113
9.3	Termo de ajuste de conduta.....	115
9.4	Ação civil pública	118
9.5	Atuação do Ministério Público no processo civil	120
Capítulo 10 – Advocacia e Defensoria Pública.....		123
10.1	Advocacia pública.....	123
	10.1.1. Acordo em conflito judicial com a União.....	123
	10.1.2. Dispensa e autorização de atos na Advocacia-Geral da União	125
	10.1.3. Dispensa e autorização de atos na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.....	126

10.1.4	Transação resolutiva de litígio sobre cobrança de créditos da Fazenda Pública	129
10.2	Advocacia	132
10.3	Defensoria Pública.....	135
Capítulo 11 – Auxiliares da Justiça.....		139
11.1	Introdução	139
11.2	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça.....	139
11.3	Perito.....	141
11.4	Depositário e administrador	142
11.5	Intérprete e tradutor.....	143
11.6	Conciliadores e mediadores judiciais	143
Capítulo 12 – Jurisdição		147
12.1	Conceito	147
12.2	Escopos.....	150
Capítulo 13 – Competência.....		152
13.1	Conceito	152
13.2	Classificação da competência.....	153
13.2.1	Competência absoluta e relativa	153
13.2.2	Competência em razão da matéria, da pessoa, funcional, territorial e em razão do valor da causa	154
13.2.3	Competência civil e criminal.....	155
13.2.4	Competência comum e especial	156
13.2.5	Competência originária e recursal	156
13.2.6	Competência constitucional e legal.....	157
13.2.7	Competência de juízo	157
13.3	Limites da jurisdição nacional	160
13.4	Cooperação internacional.....	162
13.5	Competência interna.....	164
13.5.1	Disposições gerais	165
13.5.2	Competência da Justiça Federal	167
13.5.3	Competência da Justiça Estadual.....	170
13.5.4	Competência da Justiça do Trabalho	180
13.5.5	Competência dos Juizados Especiais Cíveis.....	183
13.5.6	Competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	186
13.5.7	Competência territorial	188
13.5.7.1	Ações fundadas em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis.....	189
13.5.7.2	Ações fundadas em direito real sobre imóveis.....	191
13.5.7.3	Ações de inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugna-	

	ção ou anulação de partilha extrajudicial e em que o espólio é réu	192
13.5.7.4	Ações em que o ausente é réu	193
13.5.7.5	Ações em que o incapaz é réu	193
13.5.7.6	Ações em que a União é parte	194
13.5.7.7	Ações em que o Estado ou o Distrito Federal é parte	197
13.5.7.8	Ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável...	198
13.5.7.9	Ação de alimentos	198
13.5.7.10	Ações em que pessoa jurídica é ré	199
13.5.7.11	Ações quanto a obrigações da agência ou sucursal...	199
13.5.7.12	Ações em que sociedade ou associação sem personalidade jurídica é ré	199
13.5.7.13	Ações sobre obrigação a ser cumprida	199
13.5.7.14	Ações sobre direitos previstos no Estatuto da Pessoa Idosa	200
13.5.7.15	Ações de reparação de dano praticado por serventia notarial ou de registro	201
13.5.7.16	Ações de reparação de dano	201
13.5.7.17	Ações em que administrador ou gestor de negócios alheios é réu	202
13.5.7.18	Ações de reparação de dano em razão de delito ou acidente de veículos e aeronaves	202
13.6	Modificação da competência	204
13.7	Prevenção	206
13.8	Foro de eleição	207
13.9	Alegação da incompetência	209
13.10	Prorrogação da competência relativa	210
13.11	Conflito de competência	210
Capítulo 14 – Ação		211
14.1	Natureza jurídica	211
14.2	Conceito	214
14.3	Elementos	215
14.4	Classificação	216
14.5	Condições da ação	218
14.6	Substituição processual	222
14.7	Perempção	228
14.8	Distribuição	229
Capítulo 15 – Processo		232
15.1	Conceito	232

15.2	Relação jurídica processual e procedimento.....	232
15.3	Pressupostos processuais	235
Capítulo 16 – Atos processuais.....		237
16.1	Conceito	237
16.2	Princípio da publicidade.....	237
16.3	Forma dos atos processuais	239
16.4	Negociação processual	240
16.4.1	Negócios jurídicos processuais previstos Lei 15.252/2025	242
16.5	Informatização do processo judicial	248
16.5.1	Comunicação eletrônica dos atos processuais.....	249
16.5.2	Processo eletrônico.....	251
16.6	Atos das partes	261
16.7	Atos do escrivão.....	261
16.8	Tempo	262
16.9	Lugar	263
Capítulo 17 – Prazos.....		264
17.1	Conceito	264
17.2	Dilação e suspensão dos prazos	264
17.3	Contagem dos prazos.....	266
17.4	Prazos para o juiz.....	272
17.5	Prazos para o serventuário	272
17.6	Prazos para a Fazenda Pública	272
17.7	Prazos para o Ministério Público.....	273
17.8	Prazos para a Defensoria Pública.....	273
17.9	Prazo para recurso	273
17.10	Preclusão	276
Capítulo 18 – Comunicação dos atos processuais.....		278
18.1	Introdução	278
18.2	Citação.....	278
18.3	Intimação	291
18.4	Cartas	294
18.5	Cooperação nacional.....	295
Capítulo 19 – Nulidades		297
19.1	Conceito	297
19.2	Vícios dos atos processuais	298
19.3	Princípios das nulidades processuais	299
Capítulo 20 – Custo do processo.....		302
20.1	Abrangência	302

20.2	Despesas processuais.....	303
20.3	Honorários advocatícios	307
20.4	Gratuidade da justiça.....	333
Capítulo 21 Partes.....		340
21.1	Sujeitos e partes processuais.....	340
21.2	Sucessão das partes.....	341
21.3	Capacidade processual.....	342
21.3.1	Capacidade de ser parte.....	342
21.3.2	Capacidade de estar em juízo	343
21.3.3	Capacidade postulatória.....	349
21.4	Deveres das partes e de seus procuradores	352
21.5	Responsabilidade das partes por dano processual	356
21.6	Litigância abusiva	357
Capítulo 22 – Litisconsórcio		359
22.1	Conceito	359
22.2	Litisconsórcio ativo, passivo e misto	359
22.3	Litisconsórcio inicial e ulterior.....	359
22.4	Litisconsórcio necessário e facultativo	359
22.5	Litisconsórcio simples e unitário.....	363
Capítulo 23 – Intervenção de terceiros.....		367
23.1	Conceito	367
23.2	Classificação.....	368
23.3	Substituição do réu pela parte legítima.....	368
23.4	Assistência	369
23.5	Denúnciação da lide.....	371
23.6	Chamamento ao processo	375
23.7	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	376
23.8	<i>Amicus curiae</i>	383
23.9	Intervenção anômala da União	385
23.10	Intervenção anômala da pessoa jurídica de direito público	386
Capítulo 24 – Petição inicial		389
24.1	Requisitos	389
24.2	Pedido	394
24.3	Emenda da petição inicial	398
24.4	Indeferimento da petição inicial.....	398
24.5	Improcedência liminar do pedido.....	400
Capítulo 25 – Tutela provisória		404
25.1	Classificação.....	404

25.2	Disposições gerais	405
25.3	Tutela de urgência.....	409
25.4	Tutela antecipada antecedente.....	412
25.5	Tutela cautelar antecedente	416
25.6	Tutela da evidência	422
25.7	Tutela provisória em face da Fazenda Pública	423
25.8	Tutela provisória na sentença.....	427
Capítulo 26 – Respostas do réu		429
26.1	Introdução	429
26.2	Classificação.....	429
26.3	Contestação	430
26.4	Reconvenção	434
Capítulo 27 – Revelia		439
27.1	Conceito	439
27.2	Efeitos	440
27.3	Desdobramentos	441
Capítulo 28 – Fase ordinatória		447
28.1	Providências preliminares	447
28.2	Não incidência dos efeitos da revelia	447
28.3	Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito	448
28.4	Alegações do réu.....	448
28.5	Julgamento conforme o estado do processo.....	449
28.6	Extinção do processo.....	449
28.7	Julgamento antecipado do mérito	450
28.8	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	451
28.9	Saneamento e organização do processo.....	452
Capítulo 29 – Suspensão do processo		456
29.1	Introdução	456
29.2	Hipóteses.....	456
Capítulo 30 – Audiência.....		460
30.1	Princípio da oralidade	460
30.2	Audiência de instrução e julgamento.....	460
Capítulo 31 – Provas		467
31.1	Objeto da prova	467
31.2	Classificação.....	468
31.3	Ônus da prova	468
31.4	Valoração da prova	471

31.5	Produção antecipada da prova	472
31.6	Meios de prova	475
31.6.1.	Depoimento pessoal e interrogatório.....	478
31.6.1.1	Confissão	479
31.6.2	Documentos.....	481
31.6.2.1	Juntada	484
31.6.2.2	Documentos eletrônicos.....	485
31.6.2.3	Exibição de documento ou coisa	486
31.6.2.4	Arguição de falsidade.....	487
31.6.3	Ata notarial.....	489
31.6.4	Testemunhas.....	489
31.6.5	Perícia	494
31.6.6	Inspeção judicial.....	504
Capítulo 32 – Pronunciamentos do juiz.....		505
32.1	Espécies	505
32.2	Sentença	507
32.3	Efeitos da sentença.....	509
32.4	Sentença sobre emissão de declaração de vontade	510
32.5	Hipoteca judiciária.....	511
32.6	Elementos essenciais da sentença	511
32.7	Sentença líquida	514
32.8	Princípio da congruência.....	515
32.9	Relação jurídica condicional.....	517
32.10	Fato superveniente.....	517
32.11	Modificação da sentença.....	518
32.12	Ordem cronológica para proferir sentenças e acórdãos	519
Capítulo 33 – Coisa julgada.....		522
33.1	Conceito	522
33.2	Limites objetivos da coisa julgada	525
33.3	Coisa julgada e questão prejudicial.....	527
33.4	Limites subjetivos da coisa julgada.....	528
33.5	Coisa julgada nas relações jurídicas continuadas	529
33.6	Função positiva e função negativa da coisa julgada	532
33.7	Eficácia preclusiva da coisa julgada	533
33.8	Efeitos da sentença penal na jurisdição civil.....	538
Capítulo 34 – Recursos e processos nos tribunais		545
34.1	Introdução	545
34.2	Conceito	545
34.3	Natureza jurídica	545
34.4	Princípios	546

34.5	Classificação.....	549
34.6	Requisitos de admissibilidade.....	549
34.7	Juízo de mérito dos recursos.....	558
34.8	Efeitos dos recursos.....	558
34.9	Recurso adesivo.....	567
34.10	Apelação.....	569
34.11	Agravo de instrumento.....	572
34.12	Agravo interno.....	584
34.13	Embargos de declaração.....	587
34.14	Recurso ordinário.....	591
34.15	Recurso especial.....	593
34.16	Recurso extraordinário.....	600
34.17	Interposição do recurso extraordinário e do recurso especial.....	602
34.18	Efeitos do recurso especial e do recurso extraordinário.....	603
34.19	Procedimento no juízo recorrido.....	604
34.20	Interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial....	606
34.21	Julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial.....	607
34.22	Repercussão geral no recurso extraordinário.....	608
34.23	Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	610
34.24	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	613
34.25	Embargos de divergência.....	616
34.26	Correção parcial.....	620
34.27	Reexame necessário.....	621
34.28	Incumbências do relator.....	622
34.29	Ordem dos processos no tribunal.....	625
34.30	Sustentação oral.....	626
34.31	Vícios sanáveis e conversão em diligência.....	628
34.32	Julgamento no tribunal.....	631
34.33	Técnica de julgamento em prosseguimento.....	632
34.34	Registro e publicação do acórdão.....	636
	Capítulo 35 – Uniformização da jurisprudência.....	637
35.1	Introdução.....	637
35.2	Precedentes vinculantes.....	638
35.3	Reclamação.....	641
	Capítulo 36 – Incidentes nos tribunais.....	647
36.1	Incidente de assunção de competência.....	647
36.2	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	648
36.3	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	661
36.4	Conflito de competência.....	663
	Capítulo 37 – Ação rescisória.....	665

37.1	Natureza jurídica	665
37.2	Cabimento.....	665
37.3	Competência	669
37.4	Legitimidade.....	671
37.5	Hipóteses de admissibilidade.....	673
37.6	Prazo	683
37.7	Procedimento.....	687
37.8	Depósito prévio	689
37.9	Decisão	690
37.10	Recurso	691
37.11	Ação declaratória de nulidade.....	692
Capítulo 38 – Homologação de decisão estrangeira.....		696
38.1	Competência	696
38.2	Natureza jurídica	696
38.3	Cooperação jurídica internacional	696
38.4	Homologação de decisão arbitral estrangeira	697
38.5	Eficácia da decisão estrangeira.....	699
38.6	Medidas de urgência no processo de homologação.....	699
38.7	Execução fiscal e divórcio consensual.....	699
38.8	Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.....	699
38.9	Requisitos para a homologação da decisão estrangeira	700
38.10	Execução da decisão estrangeira.....	702
Capítulo 39 – Liquidação		703
39.1	Natureza jurídica	703
39.2	Limites	704
39.3	Modalidades.....	704
39.4	Juros e correção monetária.....	708
Capítulo 40 – Cumprimento da sentença.....		720
40.1	Natureza jurídica	720
40.2	Procedimento	728
40.3	Partes.....	728
40.4	Intimação do executado.....	730
40.5	Relação jurídica sob condição ou termo	732
40.6	Títulos executivos judiciais.....	732
40.7	Competência	734
40.8	Protesto	735
40.9	Validade do procedimento	736
40.10	Cumprimento provisório da sentença de obrigação de pagar quantia certa.....	736

40.11	Cumprimento definitivo da sentença de obrigação de pagar quantia certa.....	740
40.12	Impugnação ao cumprimento da sentença	744
40.13	Cumprimento da sentença por iniciativa do devedor	749
40.14	Cumprimento de sentença de obrigação de prestar alimentos.....	750
40.15	Cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	756
40.15.1	Abrangência	756
40.15.2	Precatório	759
40.15.3	Sequestro do valor	761
40.15.4	Créditos de natureza alimentícia	762
40.15.5	Obrigações de pequeno valor	763
40.15.6	Preferência.....	766
40.15.7	Compensação e oferta de créditos.....	766
40.15.8	Juros e correção monetária.....	767
40.15.9	Cessão	769
40.15.10	Comprometimento de receitas correntes líquidas.....	770
40.15.11	Acordo direto para pagamento de precatório de grande valor	772
40.15.12	Acordo terminativo de litígio contra a Fazenda Pública.....	773
40.15.13	Procedimento.....	774
40.15.14	Cancelamento e expedição de novo requisito.....	777
40.15.15	Amortização de dívidas de entes federativos.....	779
40.16	Cumprimento de sentença de obrigação de fazer ou de não fazer	779
40.17	Cumprimento de sentença de obrigação de entregar coisa	787
	Capítulo 41 – Processo de execução.....	789
41.1	Natureza jurídica	789
41.2	Posturas do juiz na execução	790
41.3	Ato atentatório à dignidade da justiça	791
41.4	Desistência	792
41.5	Ressarcimento ao executado	792
41.6	Partes	792
41.7	Legitimidade ativa	793
41.8	Legitimidade passiva	795
41.9	Competência	798
41.10	Cadastros de inadimplentes	798
41.11	Títulos executivos extrajudiciais.....	799
41.12	Inadimplemento, certeza, exigibilidade e liquidez da obrigação.....	802
41.13	Responsabilidade patrimonial	804
41.14	Fraude à execução	808
41.15	Desconsideração da personalidade jurídica.....	814

41.16	Petição inicial.....	819
41.17	Obrigações alternativas.....	821
41.18	Nulidades e exceção de pré-executividade	821
41.19	Ineficácia.....	824
41.20	Execução pelo modo menos gravoso	825
41.21	Execução de entrega de coisa certa	825
41.22	Execução de entrega de coisa incerta	826
41.23	Execução de obrigação de fazer ou de não fazer	827
41.24	Execução de obrigação de fazer	827
41.25	Execução de obrigação de não fazer	828
41.26	Execução por quantia certa	828
41.26.1	Citação.....	829
41.26.2	Averbação da execução	832
41.26.3	Arresto.....	832
41.26.4	Penhora	833
41.26.5	Bens impenhoráveis	833
41.26.6	Ordem de preferência da penhora.....	851
41.26.7	Penhora de bem gravado por alienação fiduciária.....	854
41.26.8	Penhora de bem hipotecado.....	858
41.26.9	Auto e termo de penhora.....	860
41.26.10	Depósito do bem penhorado.....	860
41.26.11	Intimação do executado.....	862
41.26.12	Averbação da penhora.....	863
41.26.13	Lugar da penhora	864
41.26.14	Substituição do bem penhorado	865
41.26.15	Segunda penhora.....	866
41.26.16	Alienação antecipada.....	866
41.26.17	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira ...	867
41.26.18	Penhora de créditos	868
41.26.19	Penhora das quotas ou das ações de sociedades personifi- cadas	869
41.26.20	Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semo- ventes	869
41.26.21	Penhora de percentual de faturamento de empresa.....	870
41.26.22	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	871
41.26.23	Avaliação	871
41.26.24	Adjudicação.....	873
41.26.25	Alienação.....	875
41.26.26	Satisfação do crédito	883
41.27	Execução contra a Fazenda Pública	887
41.28	Execução de alimentos	887
41.29	Embargos à execução	888

41.30	Parcelamento da dívida	894
41.31	Suspensão do processo de execução	894
41.32	Extinção do processo de execução	897
41.33	Execução por quantia certa contra devedor insolvente	898
41.34	Reunião de execuções	902
41.35	Execução extrajudicial	908
Capítulo 42 – Procedimentos especiais		919
42.1	Introdução	919
42.2	Ação de consignação em pagamento	919
42.3	Ação de exigir contas	923
42.4	Ações possessórias	930
42.4.1	Manutenção e reintegração de posse	934
42.4.2	Litígio coletivo pela posse	936
42.4.3	Interdito proibitório	937
42.4.4	Medidas excepcionais em razão da emergência em saúde pública de importância nacional	938
42.5	Ação de divisão e demarcação de terras particulares	941
42.5.1	Demarcação	943
42.5.2	Divisão	945
42.6	Ação de dissolução parcial de sociedade	947
42.7	Inventário e partilha	950
42.7.1	Legitimidade para requerer o inventário	954
42.7.2	Inventariante e primeiras declarações	954
42.7.3	Citações e impugnações	956
42.7.4	Avaliação e cálculo do imposto	957
42.7.5	Colações	957
42.7.6	Sonegação	958
42.7.7	Pagamento das dívidas	959
42.7.8	Partilha	960
42.7.9	Arrolamento	965
42.7.10	Disposições comuns	967
42.8	Embargos de terceiro	968
42.9	Oposição	974
42.10	Habilitação	976
42.11	Ações de família	977
42.12	Ação monitória	979
42.13	Homologação do penhor legal	986
42.14	Regulação de avaria grossa	987
42.15	Restauração de autos	989
Capítulo 43 – Jurisdição voluntária		991

43.1	Conceito	991
43.2	Disposições gerais	992
43.3	Notificação e interpelação	997
43.4	Alienação judicial	998
43.5	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio.....	999
43.6	Testamentos e codicilos	1001
43.7	Herança jacente.....	1004
43.8	Bens dos ausentes	1006
43.9	Coisas vagas.....	1007
43.10	Interdição	1008
	43.10.1 Curatela da pessoa com deficiência	1013
43.11	Disposições comuns à tutela e à curatela.....	1014
43.12	Organização e fiscalização das fundações.....	1016
43.13	Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	1018
Capítulo 44 – Mandado de segurança		1020
44.1	Cabimento.....	1020
44.2	Prazo	1023
44.3	Legitimidade.....	1023
44.4	Competência.....	1024
44.5	Procedimento.....	1027
44.6	Mandado de segurança coletivo.....	1035
Capítulo 45 – Habeas corpus.....		1037
45.1	Cabimento.....	1037
45.2	Competência.....	1038
45.3	Procedimento.....	1040
Capítulo 46 – Habeas data.....		1042
46.1	Cabimento.....	1042
46.2	Competência	1042
46.3	Procedimento.....	1043
Capítulo 47 – Mandado de injunção		1045
47.1	Cabimento.....	1045
47.2	Legitimidade.....	1045
47.3	Competência	1045
47.4	Procedimento.....	1046
47.5	Mandado de injunção coletivo	1047
Capítulo 48 – Ação popular.....		1048

48.1	Cabimento.....	1048
48.2	Legitimidade.....	1048
48.3	Competência	1049
48.4	Procedimento.....	1049
Capítulo - 49 - Juizados Especiais Cíveis.....		1053
49.1	Introdução.....	1053
49.2	Fundamento constitucional e previsão legal.....	1053
49.3	Princípios	1054
49.4	Competência do Juizado Especial Cível Estadual	1055
49.5	Competência do Juizado Especial Federal Cível	1057
49.6	Competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.....	1058
49.7	Partes.....	1059
49.8	Capacidade postulatória.....	1060
49.9	Juiz, conciliadores e juízes leigos.....	1061
49.10	Atos processuais e prazos.....	1062
49.11	Petição inicial.....	1062
49.12	Designação de sessão de conciliação	1063
49.13	Tutela provisória.....	1063
49.14	Citação e intimação	1063
49.15	Revelia.....	1065
49.16	Conciliação	1065
49.17	Instrução e julgamento	1066
49.18	Resposta do réu	1067
49.19	Provas	1067
49.20	Sentença.....	1069
49.21	Recurso inominado.....	1071
49.22	Agravo interno.....	1072
49.23	Agravo de instrumento.....	1073
49.24	Embargos de declaração	1074
49.25	Pedido de uniformização de interpretação de lei federal	1074
49.26	Pedido de uniformização de interpretação de lei.....	1076
49.27	Não cabimento de recurso especial.....	1077
49.28	Recurso extraordinário.....	1078
49.29	Cumprimento da sentença nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.....	1078
49.30	Execução de título extrajudicial nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais	1079
49.31	Cumprimento da sentença nos Juizados Especiais Federais Cíveis.....	1080
49.32	Cumprimento da sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública....	1082
Capítulo 50 - Tutela jurisdicional coletiva		1083
50.1	Origem.....	1083

50.2	Relevância.....	1083
50.3	Microssistema de processo coletivo	1084
50.4	Direitos coletivos.....	1086
50.5	Princípios	1090
50.6	Ação civil pública e ação civil coletiva	1092
50.7	Legitimidade.....	1093
50.8	Substituição processual	1100
50.9	Competência	1102
50.10	Liquidação	1104
50.11	Execução.....	1106
50.12	Litispendência	1114
50.13	Coisa julgada.....	1117
50.14	Abrangência territorial.....	1128
50.15	Despesas processuais.....	1132
50.16	Prescrição	1135
50.17	Processo estrutural	1136
Capítulo 51 – Ação de improbidade administrativa.....		1139
51.1	Introdução	1139
51.2	Disposições gerais	1139
51.3	Atos de improbidade administrativa e sanções	1142
51.4	Procedimento administrativo e processo judicial.....	1145
51.5	Acordo de não persecução civil.....	1155
51.6	Prescrição	1156
Bibliografia		1161